

Novas configurações de territorialidades e conflitos agrários do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Serra Azul, Monte Alegre, Pará

Maria Clara Leal Maranhão 

Universidade Federal do Oeste do Pará
Santarém, Pará, Brasil
claralealmaria@gmail.com

Adenara Ferreira dos Santos 

Universidade Federal do Oeste do Pará
Santarém, Pará, Brasil
naraferreiradosantoz@gmail.com

Gelcione Rodrigues Batista 

Universidade Federal do Oeste do Pará
Santarém, Pará, Brasil
gelcionerodrigues89@gmail.com

RESUMO

O processo de ocupação da Amazônia brasileira, a partir dos Planos de Desenvolvimento Nacional durante o período da Ditadura Militar e consequentemente a criação de inúmeros latifúndios, acarretou diferentes mazelas às populações rurais, dentre elas, a expropriações destas no campo amazônico. Por esse viés, este artigo tem como objetivo analisar as modificações do assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Serra Azul a partir da ótica agrária, identificando seus conflitos e a organização espacial das territorialidades. Para isso, utilizamos de referências bibliográficas acerca do conceito de Territorialidades e conflitos agrários no campo brasileiro e amazônico. Além disso, entrevistas com representantes e moradores do assentamento foram realizadas buscando dar escopo à pesquisa. Diante da política organizacional (territorialidades) e da tríade sociedade-espço-tempo, é a pauta principal desse coletivo de assentados diante das novas territorialidades advindas dos conflitos agrários no PDS Serra Azul.

PALAVRAS-CHAVE: Territorialidades; PDS Serra Azul; Conflitos agrários.

INTRODUÇÃO

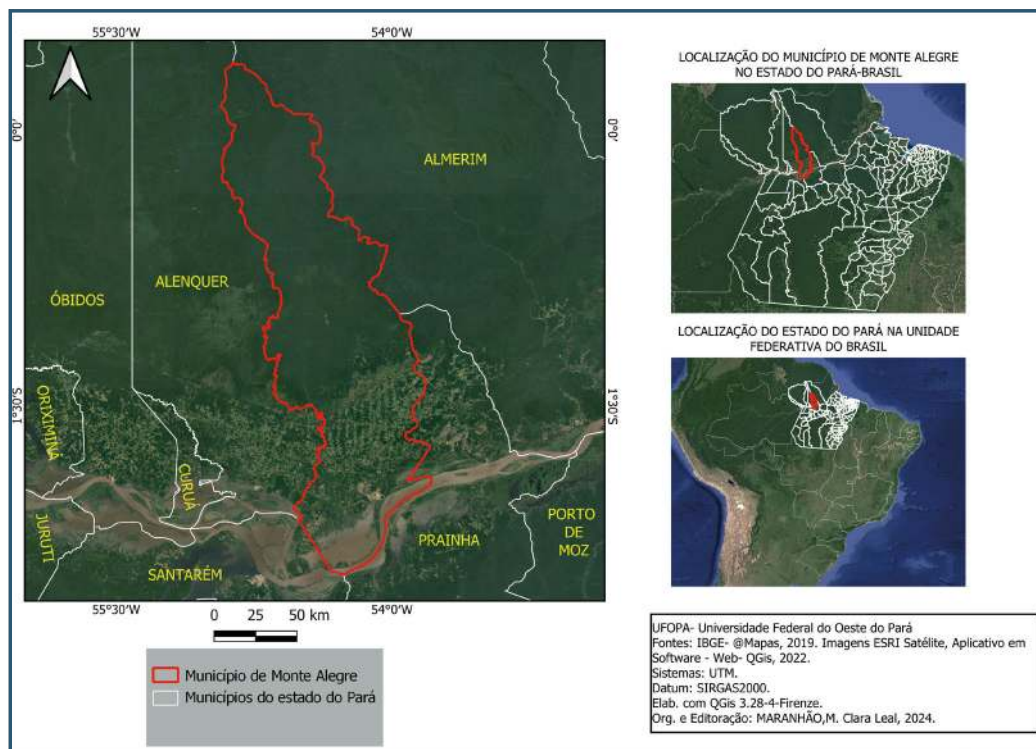
O município de Monte Alegre, localizado no oeste do estado do Pará e inserido na mesorregião do Baixo Amazonas (figura 1), apresenta uma área correspondente a 18.152 quilômetros. Dentro desta área está o Assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Serra Azul, este, possuindo cerca de 78.469 hectares e situado a aproximados 134 quilômetros da cidade de Monte Alegre. Em 1927, Monte Alegre registrou sua primeira concessão de terras públicas para fins de colonização onde, posteriormente, foi instalado o Núcleo Federal Inglês de Souza no qual foi transformado em Colônia Agrícola Nacional do Pará – CANP. A gleba Inglês de Souza (atualmente CANP) através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) implantou em 1980 em Monte Alegre três projetos de colonização, assentando aproximadamente 2500 famílias. No entanto, após a década de 80 até aos anos 2000 o INCRA não efetivou qualquer medida de assentamento ou regularização fundiária no município, o que conseqüentemente agravou os problemas de irregularidade e ausência de regularização das comunidades tradicionais que ali vivem a longos hiatos de anos. Diante da problemática agrária e agrícola, a população rural montealegrense, sendo expropriada de suas terras devido a chegada de grandes latifundiários e empresários de diversas partes da região Norte, Sudeste e Sul do Brasil, as comunidades rurais tradicionais de Monte Alegre, motivadas pela necessidade da sobrevivência e pela preocupação com a expropriação de suas terras de origem, migraram para outras áreas do território político municipal. Buscando amenizar a incerteza da sobrevivência – uma vez que estes tinham como modo de vida o campesinato – através da luta de trabalhadores rurais para com o INCRA na procura de uma resolução para o impasse, deu-se origem no ano de 2005 o Assentamento PDS Serra Azul, abrigando 274 famílias das quais eram e são posseiros e filhos de posseiros de uma longa história de permanência do e no campo – camponeses instaurados de posse simples. Desse modo, a maioria dos moradores assentados do PSD Serra Azul são caracterizados como:

filhos de produtores familiares pauperizados que, diante das dificuldades financeiras para o acesso à terra, optaram pelo acampamento e ocupações como caminho possível para se perpetuarem na tradição de produtores autônomos (MEDEIROS; LEITE, 2004, p. 17-18).

Diante do exposto, ao observar elementos acerca da problemática dos conflitos agrários do PDS Serra Azul, visto que, através de mudanças sofridas no local a vida camponesa daqueles nos quais são assentados estão sendo modificadas e impactadas através de conflitos internos e externos.

A partir de inquietações acerca dos conflitos existentes no PDS Serra Azul e mediante ao olhar crítico, buscamos através desta pesquisa abranger elementos primordiais ao entendimento da organização das territorialidades presentes no município de Monte Alegre, neste caso, especificamente, no Serra Azul. Por esse viés, o foco deste estudo visa analisar as modificações do PDS Serra Azul a partir da ótica agrária, identificando seus conflitos e a organização espacial das territorialidades presente no assentamento.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Monte Alegre, Pará



Fonte: Elaboração própria, 2023.

A LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS MONTEALEGRENSES E A CRIAÇÃO DO PDS SERRA AZUL

A obra “faraônica” conhecida como Rodovia Santarém–Cuiabá (BR-163), rasgou não apenas o solo e a floresta amazônica, como também, as pessoas; quer sejam indígenas e quilombolas, quer sejam ribeirinhos e colonos. Com a criação da BR-163, o processo de “colonização espontânea” na região Norte do Brasil, aqui, especificamente no estado do Pará, não passou de um plano de imposição sistemática e articulada para a criação de latifúndios, homogeneização do capital e avanço da fronteira agrícola. A partir da migração para o Norte, em especial para o oeste do Pará, no ano de 2000, empresários e latifundiários oriundos do sul e sudeste do Brasil começam a ocupar terras montealegrense - que hodiernamente corresponde a PA-254

e outras áreas do município- e expropriar as populações rurais que viviam a partir da posse simples e presente nas margens da atual PA-254.

Motivados pela necessidade da sobrevivência, os filhos dos trabalhadores rurais anciões, não possuindo terras suficiente para garantir o sustento da família, migraram para outras áreas do território político do município, correspondente a área do Serra Azul. No entanto, a atual porção de terra ocupada possuía grilagens de terra resultante do processo de migração a partir da BR-163. Assim, o embate entre trabalhadores rurais sem terra e grileiros deu origem ao primeiro conflito agrário do Serra Azul. A disputa agrária motivou os lavradores a reivindicar a criação de um assentamento, ocupando o INCRA no de 2004. A resposta dessa ocupação foi a portaria n. 2, de 19/10/2005, ou seja, a criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Em continuação, no ano de 2006 foi criada a Associação dos Agricultores de Serra Azul (AASA) e a Associação dos Produtores de Matona Serra Azul (PROMASA). Estas associações visam diferentes inclinações, sendo a primeira regularizada e ativa para defender os interesses dos assentados e a segunda sendo não regularizada e ativa para defender interesses de grandes pecuaristas e agricultores (dos quais fazem parte da classe hegemônica do município) que estão presentes no Serra Azul. No ano de 2008, efetivou-se as instalações assentados no PDS.

Serra Azul: territorialidades e conflitos agrários

Entendendo territorialidade como o que corresponde às relações sociais e como resultado da produção de um território, este sendo fundamental para a construção de uma identidade e para a reorganização da vida cotidiana, as novas configurações de territorialidades do PSD Serra Azul surgem de conflitos duais que geram interfaces de fronteiras sociais. De um lado, encontram-se campesinos assentados legalmente e de outro, madeireiros e grileiros que se instalam de forma ilegal e em perfeita sintonia. As novas configurações de territorialidades do PSD Serra Azul dão-se a partir dos conflitos internos e externos agrários presente na área do assentamento, configurando as diversas territorialidades, refletindo a multidimensionalidade do vivido pelos membros de uma coletividade (RAFFESTIN, 1993).

Compreendendo o que se entende aqui como territorialidade, é preciso, antes de tudo, inferir como os trabalhadores rurais do PDS Serra Azul se intitulam, estes sujeitos se consideram como colonos, juquireiro¹ e camponeses. Ademais, tais sujeitos desenvolvem suas atividades a partir da força do trabalho familiar cultivando a terra e produzindo sua existência a partir da

1. Denominação para indivíduos que trabalham na roça, roçando juquiras (vegetações "invasiva" para quem trabalha com a agricultura).

policultura. Os produtores assentados aqui expressos são os responsáveis por abastecer a mesa dos montealegrenses e exportam uma produção em massa de bananas para diversas áreas do Pará.

Partindo a ótica interna, o PSD Serra Azul enfrenta uma dualidade entre assentados legais e moradores que estão de “forma irregular” dentro do assentamento. Assim sendo, muitos moradores do PSD ainda não conseguiram sua posse ou título definitivo da terra, pois estes “ocupantes irregulares” fazem morada no Serra Azul visando apenas a venda do terreno, desestruturando a luta pela titulação definitiva dos lotes disposto no PDS. Além disso, há uma dualidade entre associações de moradores, uma sendo a Associação de Moradores do Assentamento Serra Azul e outra Associação de Moradores do Serra Azul, estas associações visam diferentes inclinações, sendo a primeira regularizada e ativa para defender os interesses dos assentados e a segunda sendo não regularizada e ativa para defender interesses de grandes pecuaristas e agricultores (dos quais fazem parte da classe hegemônica do município) que estão presentes no Serra Azul.

Os grandes tubarões terrestres (pecuaristas e agricultores) travam uma disputa entre os próprios moradores do PDS na busca de mais flexibilização para efetivar a extração de madeiras e para dar continuidade a grilagem de terra presente no Serra Azul. As tensões entre os moradores resultam na disputa pela posse da terra, disputa essa que ocorre através de pequenas grilagens e invasões, demarcando o terreno e posteriormente vendendo por um preço exorbitante. Existem também, pessoas de outras localidades rurais do município que “migram” para o assentamento em busca de um lote, esses indivíduos cadastram-se na associação e buscam a posse da terra pertencente ao seu lote, uma vez posseiro, vende seu lote para outra pessoa, gerando, mais uma vez o enfraquecimento na regularização de posses e títulos dos lotes do assentamento.

Por outro viés, encontram-se os conflitos externos presentes no PDS Serra Azul, sendo estes: grilagem de terra e instalação de madeiras ilegais. Antes de se tornar assentamento, o Serra Azul já sofria com a grilagem de terra oriunda da ausência do INCRA entre 1980 e 2000, anos em que pessoas vindas de cidades próximas a Monte Alegre (Santarém, Placas, Uruará, etc.) e outras regiões do país que invadiram e ocuparam áreas do Serra Azul para ali criar animais, fazer plantações e vender terras a preços exorbitantes uma vez que, as terras do Serra Azul são altamente produtivas. Os conflitos externos do PDS constituem-se nas implantações de madeiras irregulares que extraem madeiras da Floresta Estadual do Paru, madeiras estas

que de forma indireta tornam-se soberana ao assentamento. Essa soberania ocorre por meio de ações realizadas por essas madeireiras, pois, estas recuperam anualmente a estrada que dar acesso ao PDS. Dessa maneira, boa parte dos moradores do assentamento idealizam uma ação bondosa e cordial das madeireiras, não enxergando – ou fingindo não enxergar –, que essas empresas agem por e para seus próprios interesses, a escoação da madeira. A idealização de bondade referente a madeireira se dar em viés da necessidade dos moradores em deslocar-se para a cidade de Monte Alegre com o intuito de entregar seus produtos para feirantes e outros compradores, uma vez que, quem abastece a cidade e algumas escolas (PRONAF) são assentados do PDS, através da agricultura familiar.

Dessa maneira, os camponeses do PDS utilizam suas terras para plantar tanto para a seu consumo quanto para sua renda. Além da extração de madeiras da área de reserva do PDS, as madeireiras, personagens cruciais para o processo das novas configurações de territorialidades, trazem para o Serra Azul a disputa não só de um território e territorialidades, mas também problemáticas que atingem moradores e não moradores do PDS, como, por exemplo, a prostituição infantil, repasse de drogas e trabalhos análogos a escravidão e diversas violências. Essas mazelas advindas da instalação dessas empresas ilegais de extração ocasionam uma série de consequências que atingem os moradores do PDS, principalmente quando se trata de saúde e educação e violências. Isto é, a ausência de profissionais da saúde e da educação na área do Serra Azul ocorre por meio dos perigos encontrados na localidade. Pois, através do tripé problemático (prostituição infantil, repasse de drogas e trabalhos análogos a escravidão) muitos conflitos físicos ocorrem na região, causando pavor e medo aos profissionais que ali estão exercendo seu trabalho, gerando, em alguns casos, a ausência de profissionais no PDS Serra Azul. Diante dos fatos citados, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Serra Azul encontra-se em caos de territorialidades e caos fundiário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de territorialidades ocorrem através de duas vertentes, sendo a primeira entre moradores na busca de uma identidade; sendo a segunda entre as madeireiras e os moradores. Em vista disso, tanto os conflitos internos quanto os conflitos externos ocasionam disputas pela posse e uso da terra de distintas maneiras, seja para produzir o subsídio de famílias de agricultores familiar, seja para produções capitalistas que proporcionam transformações intensas ao ambiente – físico e/ou natural.

Compreender os conflitos agrários e os processos de territorialidades presentes no PDS Serra Azul vai além desta pesquisa. A partir do exposto, o assentamento Serra Azul, diante das suas configurações sociais apresentam multiterritorialidades que embasam o cotidiano das famílias assentadas. Além disso, as novas configurações de territorialidades passam e perpassam por diferentes “ciclos” que afetam o modo de vida inserido no assentamento. Logo, a conduta de tomar posse de um território e defendê-lo a partir de uma política organizacional (territorialidades) através da tríade sociedade-espaço-tempo, buscando autonomia de um coletivo, é a pauta principal da luta dos moradores do assentamento Serra Azul diante das novas configurações de territorialidades advindas dos conflitos agrários. ●

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

MEDEIROS, Leonilde; LEITE, Sérgio. *Os impactos regionais dos assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*, 15 (43), 2001. 6

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993. Página 158.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio César. *Geografia agrária: teoria e poder*. Expressão popular, 2007.

Artigo recebido em: 20/09/2024

Artigo aprovado em: 02/10/2024

Artigo publicado em: 22/10/2024

Esta obra adota a licença
Creative Commons CC-BY 4.0
Atribuição 4.0 Internacional

